

Abadia faz manobra e atrasa defesa para não correr o risco de cassação

Tony Winston

A candidata do PSDB ao governo, deputada Maria de Lourdes Abadia, adotou uma estratégia para não correr o risco de uma possível cassação do seu registro antes das eleições. Só amanhã, no último dia do prazo estipulado pelo TRE, a candidata da coligação Brasília de Mãos Dadas entregará a defesa contra acusações de uso indevido da gráfica da Câmara Legislativa. A manobra jurídica provocou o adiamento do julgamento mas, segundo técnicos do TRE, não a livrará de possíveis punições.

Caberá ao corregedor do Tribunal Regional Eleitoral e relator do processo, José Jeronymo Bezerra de Souza, julgar se os calendários impressos na Câmara, por encomenda da deputada tucana, constitui ou não propaganda eleitoral. A representação junto ao TRE foi feita pelo candidato a deputado federal pelo PTB, José Machado Filho. Segundo ele, Abadia usou a gráfica da Câmara para produzir dezenas de calendários com fotografias dela, para serem distribuídos em todo DF.

A candidata do PSDB se defende garantindo que o material não traz qualquer detalhe sobre sua candidatura. Até porque, segundo conta, os calendários foram produzidos em dezembro do ano passado. Abadia também garante ter pago o papel usado para confecção do material e que o fotolito foi o mesmo usado na campanha passada. “É pura manobra para me desmoralizar. Está claro que não se constitui em clima eleitoral”, sustenta.

Defesa — Os advogados da coligação vão usar essas justificas na defesa que será entregue amanhã ao Tribunal Eleitoral. Eles garantirão ainda que o calendário e outros materiais encomendados pela parlamentar não foram distribuídos durante a campanha. De acordo com os advogados, toda a propaganda usada por Abadia, desde maio, foi confeccionada fora da gráfica da Câmara.



Candidata tucana fez corpo-a-corpo na Rodoviária do Plano Piloto e disse que a campanha foi difícil